



UNIVERSIDADE DE
vassouras



I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS CLIMÁTICOS | DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE
AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO



ORGANIZAÇÃO:

**Cristiane de Souza Siqueira Pereira
Cristiane Borborema Chaché
Berenice Althiara Ferreira da Silva
Fernanda Caraline de Almeida Carvalhal
Larissa Funayama Morra**



Mestrado Profissional em

**Ciências
Ambientais**

UNIVASSOURAS

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE):

Adm. Gustavo de Oliveira Amaral

Assessor de Relações Institucionais da FUSVE:

Hamilton Moss de Souza

Reitor da Universidade de Vassouras:

Prof. Dr. Marco Antônio Soares de Souza

Pró-Reitora de Extensão Universitária:

Consuelo Mendes

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Capacitação Profissional:

Profa. Dra. Cristiane de Souza Siqueira Pereira

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação Tecnológica:

Dr. Carlos Eduardo Cardoso

Coordenadora do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais:

Profa. Dra. Cristiane de Souza Siqueira Pereira

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras:

Profa. MSc. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Editora Executiva Produções Técnicas da Universidade de Vassouras:

Profa. Dra. Paloma Martins Mendonça

Diretor Geral da Faculdade Miguel Pereira (Famipe):

Prof. MSc. Jesimar da Cruz Alves

Coordenadora do Curso de Graduação em Direito da Famipe:

Profa. MSc. Lorena Braga Raposo

Relatório Técnico Conclusivo: I Workshop de Ciências Ambientais -
Extremos Climáticos: Diálogos Interdisciplinares entre as Ciências
Ambientais e Jurídicas / Organizado por: Cristiane de Souza Siqueira Pereira,
Cristiane Borborema Chaché, Berenice Althiara Ferreira da Silva, Fernanda
Caraline de Almeida Carvalhal, Larissa Funayama Morra. - Vassouras, RJ:
Editora Universidade de Vassouras: 2024.

20 f.

DOI:

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. Ciências Ambientais. 2. Ciências Jurídicas. 3. Workshop. 4. Extremos
Climáticos. I. Chaché, Cristiane Borborema. II. Universidade de Vassouras.
III. Título. IV. Relatório Técnico Conclusivo.

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica On-line - Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras.





I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS CLIMÁTICOS | DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

SOBRE OS AUTORES:

CRISTIANE BORBOREMA CHACHÉ

Advogada. Professora Adjunta do Programa do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais e do curso de Graduação em Administração da Universidade de Vassouras, Vassouras e Maricá, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Doutora e Mestre em Sociologia e Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), Niterói, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, na linha de pesquisa de Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Trabalhou no Instituto de Biologia Marinha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil; na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro, Brasil; e no Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na Diretoria de Licenciamento Ambiental, Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, sendo aprovada em concurso público. Representante Titular eleita para Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão (CTIL-G) do Comitê de Bacia Hidrográfica Guandu, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Editora de Seção - Área de Direito da Revista Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, da Universidade de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Pesquisadora no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Trabalhos de pesquisa voltados para o campo do Direito Ambiental e Urbanístico, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Civil e Processual Civil, Ciências Ambientais e Sociais, com ênfase na área de conflitos socioambientais rurais e urbanos.

CRISTIANE DE SOUZA SIQUEIRA PEREIRA

Doutora em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Engenharia Química pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Bacharel em Química Industrial pela Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Pró-Reitora de Pós-Graduação e Capacitação Profissional, Coordenadora do Curso de Engenharia Química e Engenharia de Produção, Coordenadora e Professora Adjunta do Programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Membro do Comitê Executivo da Incubadora Tecnológica da Universidade de Vassouras, VassourasTec, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica - Capacitagro/PESAGRO/FAPERJ, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Diretora de Restauração Ambiental da Diretoria Colegiada do Comitê Guandu e Representante da Câmara Técnica de Estudos Gerais do Comitê de Bacia Hidrográfica do Guandu, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Integrante do Comitê Técnico Permanente de Implantação e Acompanhamento do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica - CTPMMA representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Guandu, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Integrante do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (Comitê de Bacia Hidrográfica do Guandu), no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Editora Associada dos Periódico Tchê Química e Southern Journal of Sciences, no Brasil. Coordenadora do Projeto BIOVASSOURAS realizado em parceria com a Secretaria Municipal do Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Atuação Profissional na área de processos químicos e tecnologia química atuando nos seguintes temas: meio ambiente, recursos hídricos, processos de separação, biocombustíveis, extração supercrítica, bioprodutos, química verde e modelagem e simulação de processos.



BERENICE ATHIARA FERREIRA DA SILVA

Advogada consultiva e contenciosa. Discente do Programa do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Geraldo Di Biasi, Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista Gestão Escolar pela Faculdade Campos Elíseos, em Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Formação Inicial para Ensino à Distância (EaD) pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), Barra do Piráí, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, Brasil. Atuação profissional em Educação como integrante do quadro de tutores orientadores do Consórcio do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Orientadora Educacional para cursos superiores na modalidade EaD do Centro Universitário Internacional (UNINTER), em Barra do Piráí e Três Rios, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Carreira profissional consolidada no setor consultivo em análise das relações público - privadas e na gestão de contratos em Saúde. Subprocuradora da Procuradoria Geral do Município de Engenheiro Paulo de Frontin, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, no período de 2021 a 2023. Consultora Jurídica e de Gestão de Projetos nas empresas Vita Plenus Gestão em Saúde Ltda e Barra Onco Gestão em Saúde Ltda, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Desenvolve estudos e materiais de apoio voltados para o direito público e empresarial, visando a efetiva implementação de gestão eficiente, especialmente no ramo da Saúde e Ciências Ambientais, no Brasil.

LARISSA FUNAYAMA MORRA

Advogada com atuação profissional municípios da Região Sul Fluminense, estado do Rio de Janeiro, Brasil, nos setores de Corregedoria (como Corregedora) e Procuradoria (como Procuradora). Discente do Programa do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Valença (UNIFAA), Valença, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Direito Público pela Faculdade Legale, em São Paulo, no estado de São Paulo, Brasil. Assessor Jurídica da Associação dos Servidores da Saúde e do Fundo de Previdência do Município Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil.

FERNANDA CARALINE DE ALMEIDA CARVALHAL

Registradora Civil das Pessoas Naturais e Tabeliã de Notas no Estado de São Paulo, Brasil. Discente do Programa do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Direito Imobiliário e Urbanístico pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Brasil. Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Bacharel em Comunicação Social pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso, Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Professora de Direito Civil, Imobiliário, Notarial e Registral.

ANA CAROLINA ROMA DO CARMO

Engenharia Ambiental pelo Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Gestão Ambiental na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), por meio do Portal Educação, no Brasil. Mestre em Ciências Ambientais pelo Programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Professora Assistente da Pró Reitoria de Pós-Graduação e Capacitação Profissional da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Atuação profissional na área comercial e técnica de gerenciamento de resíduos perigosos e resíduos sólidos urbanos e em projetos de compostagem e coleta seletiva. Atuação no Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, com depósito de patente área de gestão ambiental por produto e processo.



FELIPE MARINHO MASID

Administrador. Bacharel em Administração pela Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Brasil. Coordenador de Análise de Viabilidade da Subsecretaria de Concessões e Parcerias, da Secretaria de Estado da Casa Civil, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista Gestão e Estratégia em Agronegócio pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, no estado do Rio de Janeiro, Brasil.

ADIEL QUEIROZ RICCI

Professor Adjunto do Programa do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais e dos cursos de Graduação em Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Administração, Psicologia, Engenharias, Medicina, Pedagogia e atividades de extensão da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Professor Docente I pelo Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Doutor em Estudos de Linguagem pelo programa de Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, Niterói, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Ensino de Língua Inglesa para Primeiro, Segundo e Terceiro graus pelas Faculdades Integradas Simonsen, Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Licenciado em Letras Português/Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Técnico em edificações pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), Brasil. Curso técnico em eletrônica pela Occidental Schools, no estado de São Paulo, Brasil. Experiência com robótica, mecatrônica e elaboração, construção e manutenção de circuitos eletrônicos para instrumentos musicais. Integrante como Professor Inventor. do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Avaliador ad hoc da Editora Universitária, da Revista Pró-UniverSUS, da Revista Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades e da Coordenadoria de Pesquisa, da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Tem registros de patentes em áreas diversas e publicações de resumos, artigos, livros e apresentações realizadas em simpósios e conferências nacionais e internacionais.

IRENILDA REINALDA BARRETO DE RANGEL MOREIRA CAVALCANTI

Professora Adjunta do Programa do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais e do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Doutora em História Social Moderna pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), Niterói, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, no estado de Pernambuco, Brasil. Licenciada em História e Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cataguases, Cataguases, no estado de Minas Gerais. Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ), Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Lidera o Laboratório de Pesquisa em História, Memória e Educação, onde desenvolve trabalhos de pesquisa e orientação sobre Educação, Patrimônio Cultural e História; membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI); e Colaboradora da Liga de Medicina de Saúde da População Negra e Indígena, da Universidade de Vassouras, Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Avaliadora ad hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Brasil, e da Revista Outros Tempos Pesquisa em Foco: História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), estado do Maranhão, Brasil, da revista Recôncavo: Revista do curso de História do Centro Universitário da Associação Brasileira de Ensino Universitário (UNIABEU), no estado do Rio de Janeiro Brasil, da revista Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no estado de Minas Gerais, Brasil; e da Revista Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, da Universidade de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Pesquisas desenvolvidas em História Ambiental e Histórico do Vale do Paraíba Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, Brasil.



APRESENTAÇÃO

“Como poderia o direito reapropriar-se de todos esses traços da ecologia? A ecologia reclama conceitos englobantes e condições evolutivas; o direito responde com critérios fixos e categorias que segmentam o real. A ecologia fala em termos de ecossistema e de biosfera, o direito responde em termos de limites e de fronteiras; um desenvolve o tempo longo, por vezes extremamente longo, dos seus ciclos naturais, o outro impõe o ritmo curto das previsões humanas.”

François Ost, 1985 em “A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito”.

Este Relatório Técnico Conclusivo (RTC) tem como objetivo documentar as atividades e resultados do I **Workshop de Ciências Ambientais**, realizado pela Universidade de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, intitulado "**Extremos Climáticos: diálogos interdisciplinares entre as ciências ambientais e jurídicas**", realizado em 30 de agosto de 2024, no Centro de Convenções General Sombra, na cidade de Vassouras-RJ. Este relatório destina-se, portanto, a registrar as contribuições acadêmicas, científicas e técnicas do evento, além de atuar como subsídio para futuras iniciativas interdisciplinares no campo das ciências ambientais e jurídicas.

O evento foi idealizado com o propósito de abordar os desafios climáticos extremos sob uma perspectiva interdisciplinar, integrando as áreas de ciências ambientais e jurídicas. A escolha do tema se justifica pela crescente urgência em compreender e propor soluções para os impactos negativos provocados por situações de emergência climática, considerando suas dimensões ecológicas, sociais, econômicas e legais. O Workshop teve como objetivo principal fomentar diálogos que fortalecessem a cooperação entre diferentes áreas do saber, incluindo a participação de profissionais atuantes na temática, ampliando a compreensão e a atuação conjunta em busca de soluções sustentáveis. Além disso, buscou-se sensibilizar os participantes para a importância de ações integradas em prol do desenvolvimento sustentável, reforçando o papel de instituições acadêmicas e jurídicas como agentes transformadores.

A estrutura do evento foi planejada de forma a maximizar a troca de conhecimentos e a participação ativa dos envolvidos. A programação incluiu uma abertura institucional, palestras e mesas redondas, seguidas por debates interativos com profissionais, discentes, docentes e sociedade civil. Cada mesa redonda foi composta por especialistas de renome, representando diversos setores acadêmicos, governamentais e da sociedade civil, e foi cuidadosamente organizada para refletir a pluralidade e a profundidade do tema. A escolha dos palestrantes e debatedores considerou a relevância de suas experiências e pesquisas para os tópicos abordados, além de sua capacidade de fomentar discussões produtivas. O planejamento do evento envolveu uma comissão organizadora e um comitê científico permanente, que asseguraram a qualidade técnica e a relevância dos conteúdos apresentados.

Como proposta de documentar a produção técnica e científica produzida com as discussões, foram nomeados relatores para cada uma das mesas e palestras. Assim, por meio deste Relatório Técnico Conclusivo, consolidam-se os principais pontos discutidos, os relatos das atividades e as reflexões geradas no Workshop, que servirão como base para avanços futuros nas temáticas de sustentabilidade e justiça climática.

Convido todos a uma excelente leitura!

Cristiane Chaché



I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS
CLIMÁTICOS

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE
AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

ABERTURA MESA REDONDA

Caminhos para a
Sustentabilidade em Tempos
de Extremos Climáticos



COMPONENTES:

Dr. Felipe Brasil

Subsecretário de Estado de Agricultura do Rio de Janeiro. Engenheiro Agrônomo.

Palestra: “Necessidade de Flexibilização do Licenciamento Ambiental Agropecuário, frente aos desafios das Emergências Climáticas”

MSc. Vilmar Luiz Graça Gonçalves

Advogado sócio do escritório de advocacia Campos Mello Advogados. Vice-presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/RJ.

Palestra: “Segurança Jurídica, Sustentabilidade e Variáveis jurídicas em Licenciamento Ambiental”

MSc. Lorena Braga Raposo

Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira (FAMIPE)

Mediador: Dr. Paulo Wilton da Luz Câmara

Vice coordenador do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Univassouras

Relator: Esp. Felipe Masid

Gestor Público especialista em Gestão e Estratégia em Agronegócios. Mestrando em Gestão Pública e Liderança

Em 30 de agosto de 2024, no Centro de Convenções Severino Sombra, localizado na cidade de Vassouras-RJ, foi realizada, no I Workshop de Ciências Ambientais, uma mesa redonda com a seguinte temática: **Caminhos para a Sustentabilidade em Tempos de Extremos Climáticos**, abrindo o segundo semestre do ano de 2024 do Programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Universidade de Vassouras. Com ampla participação dos alunos e docentes, inclusive de outros cursos da mesma mantenedora, como os do curso de Direito da Faculdade Miguel Pereira (FAMIPE), egressos e parcerias de conhecimento, o debate foi realizado para que todos pudessem compartilhar informações atualizadas e relevantes da temática na atual conjuntura, em observância às ações humanas em prol do meio ambiente e da sociedade.

O Professor Dr. Felipe Brasil iniciou sua apresentação ministrando a palestra intitulada “Necessidade de Flexibilização do Licenciamento Ambiental Agropecuário, frente aos desafios das Emergências Climáticas”, fazendo um preâmbulo sobre a agricultura pujante do nosso estado, uma agricultura signficante e extensa, porém, de pequenas propriedades. Dr. Felipe falou sobre a qualidade da agricultura fluminense, citando o café de excelente qualidade, produzido no estado do Rio de Janeiro, e os queijos do Vale do café, ambos premiados. Foram, também, citados dois vinhos regionais agraciados com medalhas de ouro por sua alta qualidade.

Dr. Felipe Brasil também citou a laranja do município de Tanguá, considerada a melhor laranja do Brasil, já com a identificação geográfica. Ele comentou que, em relação a flores de corte, o estado do Rio de Janeiro é quase autossuficiente no mercado mundial. Ainda, sobre genética bovina, o estado compete em quase todas as exposições no Brasil, tanto de gado de leite como de corte, de excelente qualidade. Há, também, várias cachaças premiadas em vários municípios do estado, inclusive na região de Paraty, que possui, inclusive, identificação geográfica.

Em linhas gerais, a agricultura do Rio de Janeiro é diferente daquelas do Mato Grosso do Sul, de grandes planícies, com grandes lavouras de milho, de soja e de algodão, por exemplo. O Rio de Janeiro é um estado formado por um relevo extremamente montanhoso, na maioria de seu território, e por uma baixada litorânea que vai aumentando em direção ao norte. Por isso, hoje o estado já tem soja sendo produzida localmente, com perspectiva em torno de 300 mil hectares de grãos nos próximos anos. Dr. Felipe Brasil ressaltou, também, a necessidade de olhar com atenção para a questão da sucessão. A média de idade dos agricultores fluminenses, hoje, ultrapassa os 60 anos. Com isso, ressaltou a necessidade de incentivar a presença de homens, mulheres e jovens no campo.

Essa apresentação inicial foi um elo para esclarecer a necessidade de se realizar alterações na legislação que rege o licenciamento ambiental agropecuário atual, que foi totalmente elaborada apenas para atender ao processo industrial. Ressaltou, também, que os principais agentes de conservação das nascentes e das áreas que necessitam de preservação são os agricultores e os agropecuaristas, que trabalham a terra e dela dependem. Em breve histórico, falou da primeira lei estadual, de 1977, quando se falava em proteção ao meio ambiente, e no intuito de apoiar a recém-criada Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), no Rio de Janeiro. Durante aquele período, havia uma quantidade significativa de profissionais e diversas unidades vinculadas ao estado para promover o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento agropecuário e, ao mesmo tempo, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que tratava especificamente da regularização de propriedade a partir da aplicação direta do Código Florestal. Dr. Felipe fez uma citação geral da legislação que deu origem às normas atuais da área ambiental, e lamentou que os agricultores ficaram à margem das discussões sobre o tema, mas deixou perguntas que mostraram que essa classe é a principal envolvida com as questões ambientais.

Foram vários questionamentos acerca das nascentes, das faixas marginais de proteção dos rios e da restauração ecológica dos agroecossistemas no estado do Rio de Janeiro, ressaltando a importância dos agricultores e agropecuaristas nesses processos. Há que se pensar na importância da legalização do setor produtivo, da legalização da água e do licenciamento ambiental. Dr. Brasil chamou atenção para o fato de que é preciso entender que o desafio não é só de mudar e flexibilizar procedimentos para o licenciamento, mas tornar tal modelo convidativo, amigável e que se torne compatível com os ciclos de produção. Só é possível discutir licenciamento ambiental agropecuário ao se entender que o setor é importante para a sociedade e para a ecologia. Chamou a atenção de que em mais de 20 municípios da região norte e noroeste fluminense, que são grandes produtores de abacaxi e outros produtos importantes para nosso estado, já chovem menos de 820 mm por ano, e já são considerados locais semiáridos. Em suas considerações, mostrou a quantidade de atores sociais presentes na cadeia do agronegócio, em comparação à escassa representatividade desse setor e sua irregularidade com relação à legislação ambiental e licenciamento. Falou, por fim, sobre a importância da recuperação de pastagens e do incentivo ao Programa de Integração Lavoura-Pasto-Floresta (ILPF) e, mais uma vez, da falta de paridade das exigências do licenciamento ao modelo da cadeia do agronegócio. Pediu a atenção dos profissionais da área jurídica para a construção de um novo modelo de licenciamento ambiental para o setor agroindustrial, para que se desenvolva um modelo eficiente e sustentável.

Em seguida, foi a vez do **Dr. Vilmar Luiz Graça Gonçalves**, que palestrou sobre o tema **“Segurança Jurídica, Sustentabilidade e Variáveis Jurídicas em Licenciamento Ambiental”**. Trouxe, inicialmente, algumas notícias do Brasil e do Mundo, que tratam das emergências climáticas que se está vivenciando, e fez considerações acerca dos efeitos desse desequilíbrio, evidenciando a importância da revisão dos conceitos jurídicos e das leis vigentes sobre justiça climática e sobre impactos socioeconômicos aos diversos atores de grupos mais vulneráveis, ao passo que exigem das empresas o cumprimento da legislação ambiental, e a descarbonização do ambiente, com a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Dr. Wilmar citou, também, o aumento da judicialização de processos do tema ambiental, que deveriam ser discutidos pelo Poder Legislativo, mas que são tratados no Poder Judiciário. Trouxe conceitos jurídicos de sustentabilidade e sua aderência ao Direito Administrativo e Financeiro, e a correlação da responsabilidade com as próximas gerações, o direito intergeracional. Falou sobre a responsabilidade que o Estado possui de propor e implementar políticas públicas eficientes.

Citou que há projetos importantíssimos para o processo de descarbonização, parados no Congresso Nacional, como de energia eólica *offshore*, biocombustíveis e hidrogênio verde, por exemplo. Citou projetos existentes na área ambiental para captação de recursos, assim como a responsabilidade e a atual atenção desse mercado para a qualidade dos produtos que se consome e se a indústria está adequada e adota políticas de responsabilidade climática em sua produção. As práticas ESG (sigla em inglês para Ambiente, Sustentabilidade e Governança) estão sendo adotadas como estratégia de negócios, principalmente depois do livro *“Who cares wins”*, do Secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Nesse ponto, fez a conexão da responsabilidade do Estado, das empresas e do mercado consumidor, nas responsabilidades de cada parte em melhorar seus papéis na mudança cultural e na mitigação dos efeitos deletérios. Tratou da importância dos mecanismos existentes nos projetos para priorização daqueles sustentáveis, e voltou a reforçar que é mais uma iniciativa de mercado com exigência legal. Falou da segurança jurídica de forma geral e complexa, não somente em relação à questão do licenciamento ambiental, mas tratando da variável ambiental na legislação existente desde a Constituição Federal, de 1988. Citou a existência de normas estaduais sobre variáveis climáticas em vários estados da federação. Concordando com o Dr. Felipe Brasil, informou que deveria haver um estudo mais detalhado para aplicação da legislação considerando as especificidades das cadeias, e a falta de segurança jurídica pela ausência de um entendimento técnico unificado, o que torna os processos de licenciamento ambiental de grandes projetos problematizados por casos policiais ou judiciais. Trouxe alguns exemplos de decisões judiciais que, ainda, não admitem a existência da problemática das variações climáticas, e fez alusão à necessidade de debates para o fortalecimento da sociedade.

Após as palestras, foram abertos espaços para debates com os demais componentes da mesa, quando o **Dr. Paulo Wilton da Luz Câmara** trouxe um questionamento sobre a questão do êxodo rural. Professor Felipe Brasil respondeu a indagação, explicando que esse êxodo histórico foi causado propositalmente para uma absorção de mão de obra para as indústrias mas, atualmente, há o início da modernização do ambiente rural para incentivar a mão de obra no campo. Trata da falta de interesse de muitos jovens em seguir trabalhos familiares, preferindo trabalhar com carteira assinada para terceiros do que para sua própria família. O **Esp. Felipe Masid**, então, comentou que atualmente os filhos estão ajudando seus pais com as questões tecnológicas criadas para facilitar a gestão de propriedades, de forma ainda modesta, mas em crescimento. Felipe Brasil tratou, também, do turismo rural e do agroecoturismo, que está trazendo para o interior mão de obra mais qualificada para atender essas demandas, inclusive com falta de infraestrutura em diversos locais do interior do estado do Rio de Janeiro.

A Professora **MSc. Lorena Braga Raposo** fez uma observação sobre marca de xampu que alega não utilizar animais para testes, e perguntou sobre o papel das redes sociais a esse respeito. Dr. Valmir reafirmou que é bastante importante o papel das redes sociais e da proatividade do mercado de consumo na fiscalização e na exigência por produtos de empresas com melhor posicionamento e ações de sustentabilidade e com responsabilidade socioambiental. Ele comentou que há programas de relato, em que se ampliam as informações das empresas quanto às suas ações de sustentabilidade. Dr. Paulo Wilton da Luz Câmara ressaltou a importância do papel das Universidades na participação mais ativa nesses processos, uma prioridade para a Universidade de Vassouras, anfitriã deste evento.

Este painel teve a duração total aproximada de 110 minutos.



I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS
CLIMÁTICOS

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE
AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

#1

MESA REDONDA

Desastres Ambientais e
Atuação da Defesa Civil no
Centro-Sul Fluminense



COMPONENTES:

Ten. Cel. Augusto Carlos Cunha Fonseca

Coordenador da Regional da Defesa Civil da região Sul II do Estado do Rio de Janeiro

Esp. André Dantas Martins

Secretário de Meio Ambiente de Paty do Alferes; Presidente da ANAMMA_RJ; Diretor Executivo do Comitê Piabanha

MSc. Roberta Janini da Silva

Advogada e Egressa do programa Mestrado Profissional em Ciências Ambientais

Dr. Adiel Queiroz Ricci

Docente do programa Mestrado Profissional em Ciências Ambientais

Esp. Berenice Althiara Ferreira da Silva

Mestranda do programa Mestrado Profissional em Ciências Ambientais

Relatora: MSc. Ana Carolina Roma do Carmo

Egressa do programa Mestrado Profissional em Ciências Ambientais

A mesa redonda ocorrida no dia 30 de agosto de 2024, no Centro de Convenções General Sombra, localizado na cidade de Vassouras-RJ, foi parte integrante do I Workshop de Ciências Ambientais. Nela, discutiu-se o seguinte tema: **Desastres ambientais e a atuação da Defesa Civil no Centro-Sul Fluminense**, a partir da existência dos extremos climáticos.

De início, a advogada e mestranda em Ciências Ambientais Esp. Berenice Althiara Ferreira da Silva fez uma ampla e geral explicação sobre a importância da Defesa Civil. Em seguida, o Ten. Cel. Augusto Carlos Cunha Fonseca citou exemplos regionais de conhecimento geral e específico das diversas demandas oriundas dessa especificidade, por meio da atuação da Defesa Civil. Recentemente, houvera exemplos de impacto socioambiental, com proporções de média a alta gravidade, atingindo a sociedade local e regional. Um dos exemplos foi o desmoronamento de terras na Serra de Paracambi, interditada devido aos danos causados por fortes chuvas, bem como as cidades do entorno que sofreram impactos socioeconômicos, assim como o planejamento da Defesa Civil para tais situações de calamidade e emergência.

Foi observado que as cidades do Vale do Café e do Centro-Sul Fluminense cresceram sem o devido planejamento, causando recorrência desses episódios que afetam o meio ambiente e, conseqüentemente, a sociedade, em especial aqueles menos favorecidos financeiramente e que vivem em locais de risco constante. As informações foram endossadas na fala jurídica pela MSc. Roberta Janini e nas palavras do secretário municipal de meio ambiente de Paty do Alferes, Esp. André Martins Dantas, que demonstraram sua inquietação em suas áreas, interagindo diretamente no foco central proposto, das Ciências Ambientais, que fornece meios para agir, viver e pensar estrategicamente nossas ações.

Um exemplo menor, um evento de alcance local mas de significativo impacto de comoção na região, foi o caso da cidade de Mendes, no estado do Rio de Janeiro, que registrou a morte de uma criança,. Vale ressaltar que essa família não apenas perdeu sua moradia, mas sofreu a partida prematura de uma criança. Além da água, seja a partir das chuvas ou dos transbordamentos dos corpos hídricos, as queimadas também são problemas de atuação da Defesa Civil. Esse tema foi mais um enfoque de discussão, algo recorrente nesta região, resultante de alguns hábitos da população, especialmente a rural, que se interliga com a área urbana.

Em Vassouras, mesmo na área urbana, há locais onde ocorrem ações ambientais errôneas por parte das ações humanas, como, por exemplo, queimar o lixo no quintal, que culminam em problemas maiores, mesmo não sendo esperados no momento da ação antrópica que causa tais queimadas. Um dos exemplos é o Morro da Vaca, mais especificamente no Mirante, alvo recorrente dessas ações, por vezes, criminosas. Além disso, a cidade de Paty do Alferes, conhecida pela Festa do Tomate e seu polo agrícola forte, apresenta problemas recorrentes similares e diários. Contudo, a população muitas vezes encara essas práticas como costume.

O impacto desses problemas alcança a saúde pública e ambiental, pois, além de afetar o meio ambiente, atinge a população local e vizinha. Isso justifica a explicação de que os impactos ambientais não possuem um limite geográfico definido, devido ao seu comportamento de se espalhar pelo ar, solo e água, com efeitos nocivos característicos do impacto recebido.

Diante do exposto, com ampla conversa e troca de informações, incluindo a sugestão do programa Fumaça Zero, aplicado em outra localidade e interessante para a nossa região, uma pergunta feita pelo discente do Programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais, **Esp. Celso Antunes de Souza**, levou à menção de tecnologias ambientais, além do escopo de inovação, a partir do enfoque no baixo custo de monitoramento. Essas tecnologias podem incluir medição de vazão, volume e qualidade do ar, com custos que variam de baixos a médios, utilizando câmeras e sensores, e é possível alcançar tecnologias mais avançadas, até inovadoras.

Considerando uma região de abrangência determinada, as medidas mais simples poderiam atender a área, bem como a Educação Ambiental e Social, aplicadas simultaneamente. A Educação Ambiental é um instrumento necessário, pouco utilizado e abordado na região, que poderia promover uma maior disseminação de conhecimentos, pois permite ensinar a prevenção, além de instruir sobre maneiras de mitigar os problemas ambientais. A sustentabilidade direciona o cenário do equilíbrio entre meio ambiente, sociedade e economia como solução para as ações antrópicas.

Contudo, o foco no coletivo mostra-se urgente e necessário em todos os sentidos, pois todas as ações humanas geram impactos, e é possível agir de forma sustentável para evitar problemas recorrentes, conservando o meio em se vive, permitindo-se lidar com os extremos climáticos de modo mais eficiente.





I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS
CLIMÁTICOS

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE
AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

#2

MESA REDONDA

Ecoambientalismo e
Impactos climáticos para
povos originários e
comunidades tradicionais



COMPONENTES:

Dr. José Roberto Tambasco

Defensor Público da União
Egresso do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Univassouras

Dr. Leandro Mitidieri Figueiredo

Procurador da República
Coordenador do Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação do MPF

MSc. Anna Luiza Pinage Barbosa

Advogada e Membro da LaClima (*Latin American Climate Lawyers*)

Mediadora: MSc. Fernanda Caraline de Almeida Carvalhal

Discente do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Univassouras

Relatora: Dra. Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira Cavalcanti

Docente do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Univassouras

Relatora: Dra. Cristiane Borborema Chaché

Docente do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Univassouras

O I Workshop de Ciências Ambientais, promovido pelo Programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais (MPCA) da Univassouras, ocorreu em 30 de agosto de 2024, no Centro de Convenções General Sombra, na cidade de Vassouras-RJ. O evento deu início às atividades do Programa de Mestrado no segundo semestre do ano de 2024, tendo a efetiva participação de discentes e docentes da Univassouras e da Faculdade de Miguel Pereira, egressos do MPCA, servidores públicos e sociedade civil em geral.

A terceira Mesa Redonda teve o objetivo de discutir a integração interdisciplinar das áreas de conhecimento ambiental e jurídica, abordando a seguinte temática: **Ecoambientalismo e Impactos Climáticos Para Povos Originários e Comunidades Tradicionais**. A mediação da mesa foi promovida pela discente do curso MSc. Fernanda Caraline. A abordagem foi iniciada pela Professora Dra. Cristiane Chaché, que apresentou os membros que compuseram a mesa e relatou sua trajetória profissional e acadêmica voltada para temas relacionados às comunidades tradicionais e povos originários, inclusive o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ), grupo de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói-RJ, do qual, atualmente, o Dr. Leandro Mitidieri e a Msc. Anna Luiza Pinage fazem parte.

Após as apresentações, foi dada a palavra ao Dr. Leandro, que participou de forma remota. Antes de realizar suas considerações específicas sobre o tema, Dr. Leandro compartilhou sua experiência nos dias que antecederam o evento com o retorno ao mar dos pinguins em migração na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Saquarema/RJ, ressaltando a importância das diversas áreas do conhecimento se interrelacionarem, como no caso das ciências ambientais e jurídicas.

Em sequência, Dr. Leandro trouxe ao debate o conceito de ecoambientalismo como uma abordagem que integra a conservação dos recursos naturais com práticas sustentáveis, respeitando a cultura e os direitos das comunidades tradicionais e povos originários. Quanto ao aspecto dos extremos climáticos, Dr. Mitidieri enfatizou os estudos que abordam temas como justiça ambiental e neocolonialismo climático, de modo que as comunidades tradicionais ficam mais vulneráveis aos impactos negativos, pois dependem de ecossistemas saudáveis para sua subsistência.

A seguir, **Dr. José Roberto Tambasco** ilustrou como o trabalho da Defensoria Pública da União e do Ministério Público Federal estão diretamente relacionados à garantia de existência dos povos originários e comunidades tradicionais. Para Dr. Tambasco, a proteção dos espaços ambientais frente às mudanças climáticas está intrinsecamente relacionada ao uso sustentável dos recursos da natureza, práticas e costumes que são tradicionalmente repassados às novas gerações.

Em seguida, a palavra foi passada à MSc. Anna Luiza Pinage Barbosa, que teceu seus comentários a partir da temática do Ecoambientalismo e os Direitos Indígenas na América Latina, abordando desafios voltados à autonomia e à sustentabilidade. Nesse encontro, a MSc. Anna Luiza destacou a importância da Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI) para garantia da autonomia indígena, conforme a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por fim, a integrante da mesa destacou o uso de tecnologias sociais como instrumento de solução de conflitos socioambientais, tais como os decorrentes dos eventos climáticos excepcionais.

A Dra. Cristiane Chaché agradeceu as contribuições de todos os presentes, reforçando que, para a maioria dos membros da mesa, com base em diversos estudos sobre o assunto, especialmente aqueles decorrentes de pesquisas em campo, apontaram que as alterações no clima, de seca extrema ou de chuvas intensas, comprometem diretamente as atividades de subsistência e de preservação ambiental que são continuadas por gerações de povos originários e comunidades tradicionais.

Somado a isso, os membros da mesa lembraram que comunidades e povos tradicionais ainda enfrentam a falta de acesso a políticas públicas e tecnologias a que as comunidades modernas urbanas têm acesso para enfrentamento dos extremos climáticos. Para os participantes da mesa, aqueles que mais contribuem negativamente para os extremos climáticos também são aqueles para os quais a maior parte dos recursos econômicos e tecnológicos estão disponíveis.

Outro ponto relevante abordado foi como a degradação ambiental e a exploração de recursos naturais, como mineração e desmatamento, frequentemente forçam essas comunidades a deixar suas terras, impactando não só seu modo de vida, mas também sua cultura e identidade. Nesse sentido, os impactos ambientais ultrapassam o ambiente físico, e alcançam a essência, o íntimo da cultura e da identidade de grupos minoritários enquanto participantes políticos.

A **Dra. Irenilda Cavalcanti**, continuando o debate, lembrou que os povos originários e outras comunidades tradicionais, sob uma perspectiva histórica, possuem maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas, pois já enfrentam dificuldades semelhantes e as enfrentaram com êxito.

Ao final do debate, os componentes da mesa reconheceram a necessidade de incluir as vozes e conhecimentos das comunidades tradicionais e povos originários em discussões e políticas ambientais, promovendo um diálogo que respeite suas tradições e valorize seus saberes.



I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS
CLIMÁTICOS

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE
AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

ENCERRAMENTO

MESA REDONDA

Direito ambiental: caminhos
para a sustentabilidade
climática



COMPONENTES:

Dr. Sidney Cesar Silva Guerra

Consultor Jurídico e Parecerista. Membro da Associação de Professores de Direito Ambiental do Brasil (APRODAB) Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Avançadas em Direito Internacional e Ambiental e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (SBDI) Professor Titular da UFRJ e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Faculdade Nacional de Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ) Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade Cândido Mendes (PPGD-UCAM) e Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional (Doutorado e Mestrado) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Professor Convidado de várias Instituições de Estudo Superior no Brasil e no exterior.

Dr. Leandro de Mello Frota

Advogado, Palestrante e Coordenador da ESA - Escola Superior de Advocacia da OAB/RJ. Ex-Diretor da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Ex-Diretor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

MSc. Caio Grande Guerra

Docente do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira (FAMIPE)

Mediadora: Dra. Paloma Martins Mendonça

Docente do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Univassouras

Relatora: Esp. Larissa Funayama Morra

Discente do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais da Univassouras

A mediação do debate final do evento foi realizada pela mestrande Esp. Larissa Funayama Morra, que apresentou os membros que compuseram a mesa e introduziu a temática, evidenciando a importância desta abordagem, dada a relevância de se buscar estratégias sustentáveis no tratamento das questões que envolvem o clima, inclusive sob a ótica jurídica a nível internacional. Em seguida, O Dr. Leandro Frota trouxe suas colaborações explicando acerca da necessidade de pautar as discussões ambientais sob a ótica da Constituição Federal de 1988, bem como de refletirmos sobre a necessidade de uma reunião global de esforços para agregar ações concretas de resultados a longo prazo para enfrentamento ao problema climático. Dr. Leandro Frota trouxe ao debate, inicialmente, o saneamento básico como ponto de atenção para o enfrentamento dos eventos climáticos extremos a nível mundial, destacando que o caminhar para a sustentabilidade está diretamente atrelado à questão social e ao saneamento, áreas que exigem investimentos.

Sobre a questão, a docente do Programa de Mestrado, Dra. Paloma Martins Mendonça, que já ocupou cargo de gestão na pasta do Meio Ambiente de um Município fluminense, trouxe ao debate sua colaboração, corroborando as falas do Dr. Leandro e tratando das dificuldades enfrentadas por muitos gestores públicos, devido à baixa destinação de investimentos para a área ambiental, que acaba não recebendo a mesma valorização de

outras áreas, como a saúde, muitas vezes por falhas de gestão. Prosseguindo, Dr. Leandro falou, ainda, sobre políticas públicas e regulamentações referentes ao agronegócio, que visam equilibrar desenvolvimento econômico e sustentabilidade, evidenciando a importância de o setor se pautar em programas de integridade e sustentabilidade, em observância ao pacto global da ONU.

A questão foi debatida entre os integrantes da mesa, especialmente pelo **Msc. Caio Guerra** que ressaltou a sustentabilidade e garantia de um meio ambiente equilibrado como Direito Constitucional, e destacou a questão climática e as políticas internas como fundamentais para as relações do país a nível internacional, assunto este que vem sendo objeto de estudos do membro da mesa **Dr. Sidney Guerra** e seus pares no Laboratório de Estudos e Pesquisas Avançadas em Direito Internacional e Ambiental. Dr. Sidney Guerra trouxe informações e dados de suas pesquisas, que identificam que, em geral, países que contribuíram muito menos para a degradação ambiental vêm sofrendo mais com efeitos das mudanças climáticas, até mesmo tendo como resultado a perda de seus territórios, e precisam lidar ativamente nas negociações internacionais sobre as referidas mudanças climáticas. Como exemplo, nos trouxe Tuvalu, país insular localizado no Pacífico Sul, um dos menores países do mundo em termos de área terrestre, que hoje sofre com os impactos das mudanças climáticas, especialmente com a elevação do nível do mar, acidificação dos oceanos e eventos climáticos extremos. Demonstrou como o país tem lidado com a situação a partir das negociações internacionais e desenvolvimento de estratégias para lidar com os prejuízos.

Mais uma vez, Dr. Sidney Guerra ressaltou a necessidade premente do diálogo e da reunião global de esforços para enfrentamento dos problemas climáticos, tal como apontado no início pelo Dr. Leandro Frota. Dr. Sidney apresentou aos presentes, como resultado de suas pesquisas, a Teoria do Direito Internacional das Catástrofes, e nos convidou a refletir e discutir sobre o cenário global que estamos vivendo, que inclui guerras armadas, crises econômicas, pandemia, chuvas e desastres dela decorrentes, o que ele denominou como ambiente de catástrofes, que atinge o âmbito doméstico (Brasil) e internacional, e que não vinha sendo trabalhado na perspectiva jurídica. Nessa senda, Dr. Sidney pontuou que, dentre as propostas de sua Teoria, está a criação de um fundo internacional destinado ao enfrentamento dos resultados catastróficos de natureza climática, face à realidade existente de uma sociedade global de risco. Além disso, os participantes da mesa debateram no sentido de que o Direito Internacional das Catástrofes visa a propositura de regulamentações e estratégias jurídicas suficientes para prevenir, minimizar e superar catástrofes globais existentes e que venham a ocorrer, dada sua função precípua de articular respostas internacionais hábeis diante do cenário climático contemporâneo, sempre observando a realização de um trabalho conjunto com outras áreas de conhecimento.

O debate foi encerrado com o agradecimento aos membros da mesa e demais participantes, que viabilizaram o sucesso do evento de abertura das aulas do segundo semestre do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais da Univassouras e agregaram conhecimentos a serem trabalhados no curso para a apresentação de estratégias eficazes, ou “caminhos”, para a sustentabilidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

ESCRITO POR:

Cristiane de Souza Siqueira Pereira e Cristiane Borborema Chaché

“Direitos humanos e ambientais estão interligados; não há paz onde o ambiente é destruído, nem justiça onde a natureza é explorada”.

Dr. Sidney Guerra, em 30 de agosto de 2024, durante sua fala no I Workshop de Ciências Ambientais da Universidade de Vassouras - "Extremos Climáticos: diálogos interdisciplinares entre as ciências ambientais e jurídicas"

O I Workshop de Ciências Ambientais realizado pelo Programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais, da Universidade de Vassouras (MPCA), no estado do Rio de Janeiro, Brasil, não por acaso, intitulou-se: “Extremos Climáticos: diálogos interdisciplinares entre as Ciências Ambientais e Jurídicas”. A não casualidade advém não apenas da natureza interdisciplinar do curso, mas também dos acontecimentos que assolaram o mundo, o país e a própria região da Instituição.

Um trecho da rodovia que faz a interligação da Universidade com a capital do estado, a Rodovia RJ-127, entre os municípios de Mendes e Paracambi, no local conhecido como “Serra de Paracambi”, em fevereiro de 2024, houve enormes quedas de barreiras durante as fortes chuvas que atingiram a região e o trecho segue interditado por tempo indeterminado. A Prefeitura da cidade decretou **estado de emergência**, já que casas ficaram alagadas até o teto, com nível da água a 23 metros de altura, após o forte temporal que levou ao transbordamento do Rio dos Macacos. Com ruas, casas e lojas completamente alagadas em diversos bairros da cidade, cerca de 200 pessoas estiveram desalojadas durante as fortes chuvas. Alguns moradores e comerciantes perderam tudo. Acontecimentos como esses não estão longe, mas estão em qualquer lugar, inclusive do seu lado. Assim, os Programas de Pós-Graduação não podem quedassem apenas ao abordar teoria e prática profissional em busca de soluções que respeitem a natureza.

Assim, o I Workshop de Ciências Ambientais gerou reflexões profundas sobre os desafios impostos pelas mudanças climáticas, destacando a necessidade de respostas interdisciplinares e integradas. A **integração entre ciências ambientais e jurídicas** mostrou-se importante instrumento para desenvolver soluções que não apenas mitiguem os impactos climáticos, mas também promovam **equidade social e justiça ambiental**. As Ciências ambientais fornecem a base técnica e científica para compreender os fenômenos climáticos, enquanto o arcabouço jurídico é indispensável para transformar esses conhecimentos em ações concretas e eficientes.

O evento, também, abordou sobre a reavaliação de instrumentos legais, como o licenciamento ambiental, que muitas vezes falham em atender às necessidades de **pequenos produtores rurais e comunidades vulneráveis**. A legislação atual, frequentemente desenhada para grandes empreendimentos industriais, precisa ser adaptada para refletir as especificidades regionais e promover práticas sustentáveis em setores como o agronegócio. Por exemplo, o Programa de Integração Lavoura-Pasto-Floresta (ILPF) foi apresentado como uma solução relevante para unir produtividade e sustentabilidade, mas requer maior adequação legislativa e apoio governamental.

Outro ponto destacado foi a **valorização dos saberes tradicionais de povos originários e comunidades tradicionais**, cujas práticas sustentáveis e conhecimentos ancestrais oferecem resiliência única às mudanças ambientais.

Contudo, essas populações continuam enfrentando ameaças como a perda de territórios e a exclusão de políticas públicas que deveriam protegê-las. A implementação da Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI), conforme a Convenção 169 da OIT, foi reiterada como fundamental para garantir a autonomia dessas comunidades.

Relevante destacar o reconhecimento, por profissionais e pesquisadores externos, da **importância estratégica do Programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais** da Univassouras. Com um corpo docente multidisciplinar composto por biólogos, engenheiros, advogados, historiadores, entre diversos outros doutores, o programa reflete a interdisciplinaridade necessária para enfrentar os desafios climáticos contemporâneos. Ele atua como uma referência regional ao integrar teoria e prática, promovendo inovações adaptadas às demandas locais e reafirmando a centralidade da academia na busca por soluções sustentáveis. Durante o evento, foi destacada a relevância do programa não apenas como formador de profissionais capacitados, mas como um espaço de articulação entre diferentes setores da sociedade.

A partir das conclusões extraídas do evento, **recomendou-se a criação de programas de educação ambiental interdisciplinar**, que conectem as Ciências Ambientais e Jurídicas com foco no engajamento social e na capacitação de lideranças. O fortalecimento de parcerias interinstitucionais também é importante para viabilizar projetos colaborativos, potencializando os impactos das ações climáticas e ambientais. No campo jurídico, há uma necessidade urgente de modernizar e simplificar instrumentos legais, como o licenciamento ambiental, tornando-os mais inclusivos e acessíveis para comunidades locais e pequenos produtores.

Outra recomendação importante é o **investimento no desenvolvimento de tecnologias sociais acessíveis**. Além disso, sensores e câmeras de baixo custo, para monitorar vazão, volume e qualidade do ar em áreas vulneráveis podem auxiliar a população. Essas tecnologias devem ser acompanhadas de educação ambiental, capacitando comunidades locais para prevenção e mitigação de impactos climáticos. Por fim, sugere-se **valorizar e expandir programas de pós-graduação interdisciplinares**, como o Mestrado Profissional em Ciências Ambientais, que conectem diferentes áreas do conhecimento e preparem profissionais aptos a lidar com a complexidade dos desafios climáticos.

Quanto aos debates futuros, **explorar estratégias para alinhar os interesses do setor produtivo com as demandas de sustentabilidade ambiental e justiça climática** será tema de grande recorrência. Esse debate pode discutir como conciliar o crescimento econômico com práticas que preservem os recursos naturais e reduzam as emissões de gases de efeito estufa. Ainda, outro ponto para aprofundamento está em **ampliar a democratização de tecnologias verdes**, garantindo que comunidades vulneráveis tenham acesso a soluções inovadoras para mitigação e adaptação climática. O foco deve estar no desenvolvimento de tecnologias de baixo custo e alta eficiência. Também, deve-se **promover discussões sobre a inclusão efetiva de comunidades tradicionais nas políticas públicas climáticas**, com ênfase na valorização de seus saberes e na criação de espaços de participação. Exemplos práticos incluem a implementação de mecanismos como a CLPI, fortalecendo a autonomia de povos originários.

Debater o aprimoramento de instrumentos jurídicos para lidar com a complexidade dos desafios climáticos, incluindo a gestão integrada de recursos naturais e a adaptação das legislações ambientais às novas realidades climáticas, deve ser uma proposta levada adiante. O impacto de projetos sustentáveis, atualmente parados no Congresso Nacional, como energia eólica offshore e hidrogênio verde, pode ser um tema central. Por fim, é necessário sempre **refletir-se sobre o papel das instituições de ensino superior na promoção de uma educação ambiental interdisciplinar**, com foco na formação de lideranças transformadoras e na conexão entre teoria e prática. Esses debates são essenciais para manter o diálogo interdisciplinar como base para ações concretas e inovadoras, fundamentais para um futuro mais sustentável e inclusivo.



I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS
CLIMÁTICOS

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE
AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. J. S. O gerenciamento de resíduos sólidos urbanos municipais: viabilidade do sistema de consórcios públicos no Vale do Café. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Ambientais) – Universidade de Vassouras, Vassouras-RJ, 2022.

BARBOSA, A. L. P. Mineração em territórios indígenas na América Latina: direito à consulta e desdobramentos socioambientais. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2024.

BRASIL, F. C. Sustainable agriculture and the challenges of climate emergencies. *In: SOUTHERN SCIENCE CONFERENCE, II, 2024, Vassouras-RJ, Brasil; Mendoza, Argentina. Proceedings [...] Vassouras-RJ; Mendoza: [s.n.], 2024, p. 12-13. ISBN: 978-85-88187-88-7. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/5095>. Acesso em: 20 dez. 2024.*

DANTAS, A.; MENDONÇA, P. M. Challenges of selective collection: analysis of the implementation of the national solid waste policy. *In: SOUTHERN SCIENCE CONFERENCE, II, 2024, Vassouras-RJ, Brasil; Mendoza, Argentina. Proceedings [...] Vassouras-RJ; Mendoza: [s.n.], 2024, p. 22-24. ISBN: 978-85-88187-88-7. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/5095>. Acesso em: 20 dez. 2024.*

FROTA, L. M.; CAMPOS, M. L. (org.) Os novos rumos do saneamento básico no Brasil: Tomo I. 1. ed. Rio de Janeiro: Synergia, 2023. 356 p. ISBN: 978-65-86214-93-2.

GUERRA, C. C. M.; PACHECO, S. P. As mudanças climáticas e os deveres das grandes empresas de carbono: breves reflexões sobre o segundo capítulo da obra *Climate Justice Beyond the State*. *Revista de Direito da Universidade Grande Rio Professor José de Souza Herdy*, v. 6, n. 3, p. 95-108, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/rdugr/article/view/8072/3842>. Acesso em: 10 dez. 2024.





I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS
CLIMÁTICOS

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE
AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA, S.; SANTOS, D. T. G. (Coords.) O meio ambiente nos sistemas internacionais de direitos humanos e questões emergentes. 1. ed. São Paulo: Arraes Editores, 2022. 200 p. ISBN: 978-65-59291-55-7.

OST, F. A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito. 2. ed. Lisboa: Edições Piaget, 1995. 399 p. ISBN: 972-8407-24-6.

TAMBASCO, J. R. F.; CHACHÉ, C. B. A legislação ambiental brasileira aplicada às relações socioambientais dos povos e comunidades tradicionais. 1. ed. Vassouras-RJ: Universidade de Vassouras, 2021. 161 p. ISBN: 978-65-87918-15-0. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/2747>. Acesso em: 10 dez. 2024.

TAMBASCO, J. R. F.; CHACHÉ, C. B.; PEREIRA, C. S.; MENDONÇA, P. M.; RIBEIRO, S.P. Cemitérios indígenas Guarani: medidas de segurança para evitar a contaminação do solo e das águas pela percolação do necrochorume. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras-RJ, v. 14, n. 2, p. 01-14, maio/ago., 2023. DOI: 10.21727/rm.v14i2.3535. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/3535>. Acesso em: 10 dez. 2024.



I WORKSHOP DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

EXTREMOS CLIMÁTICOS

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE
AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS E JURÍDICAS

